

ECONOMIA **LEX** ENTREVISTA

JOÃO AFONSO FIALHO, PRESIDENTE DA ASAP

“Os nossos concorrentes estão em Inglaterra, França e EUA”

João Afonso Fialho diz que as leis que regulam as sociedades de advogados portuguesas estão desfasadas da realidade e retiram-lhes competitividade. Sobre tudo quando a concorrência se tornou global e, mesmo no nosso país, envolve as grandes firmas da advocacia mundial.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

Em contagem decrescente para o 8.º encontro nacional da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), marcado para dia 3 de Junho, em Lisboa, João Afonso Fialho, presidente desta entidade, fala dos temas em debate e critica o facto de a reforma da legislação para o sector não ter sido aproveitada para mudar regras e ideias que considera anacrónicas.

A nova legislação profissional e o seu impacto nas sociedades de advogados é um dos temas do vosso 8.º encontro. Neste âmbito, a questão da multidisciplinariedade volta a estar em debate. É ou não um tema consensual entre as sociedades da ASAP?

Entre as associadas da ASAP este tema não gera unanimidade. Mas ainda bem que assim é. Quer dizer que as sociedades de advogados estão a olhar para o futuro. Lembro em todo o caso que, ao longo de dois anos, foram quatro as recomendações dos diversos órgãos da ASAP no sentido de não se aceitar a multidisciplinariedade. Olhando para o nosso mercado, para a nossa dimensão, para os clientes que temos, este tema precisa ser encarado com muito cuidado.

Que razões obrigam a olhar para o tema da multidisciplinariedade com tanto cuidado?

Por exemplo, agora é fácil bater na situação que resultou no “caso BES”.

Mas é comum ouvir-se o seguinte argumento: “Se aquilo já foi como foi, agora imagine-se que os serviços de auditor, consultor jurídico e consultor financeiro eram fornecidos por uma mesma sociedade.”

Os vossos serviços, em muitas situações, exigem a incorporação de conhecimentos técnicos de outros profissionais. Não seria mais fácil que trabalhassem convosco na mesma sociedade?

No caso da nova legislação profissional, quando se fala de multidisciplinariedade, fala-se do alargamento do objecto de trabalho das sociedades de advogados.

O que é que isso implicaria?

Que as sociedades deixassem de prestar apenas serviços jurídicos, passando a assegurar também serviços de aconselhamento económico, de projectos de engenharia ou da prestação de serviços de auditoria financeira. Isso é multidisciplinariedade. Outra coisa é esses profissionais contribui-

rem para a prestação de um bom serviço jurídico, não existindo, portanto, a alteração do objecto das sociedades de advogados. Há serviços jurídicos que exigem um nível de profundidade em termos de conhecimento de uma indústria ou de uma área do saber que um advogado não tem. O advogado não sabe tudo. Logo, temos de integrar saber.

De que forma defende a integração do saber desses profissionais?

Abrindo-lhes uma participação no capital. Se eles podem contribuir para o sucesso da sociedade na prestação de serviços jurídicos aos clientes – apenas serviços jurídicos, estão-lhe e subjacentes conhecimentos de várias áreas de saber –, por que razão não há de ter uma participação no capital?

Outro aspecto que pretendem ver debatido no encontro nacional da ASAP é o da forma jurídica das sociedades. O que é que está aqui em causa?

A questão que se coloca é: porque

têm as sociedades de advogados de continuar a ser sociedades civis?

O argumento é que a advocacia tem de respeitar preceitos éticos específicos.

O que é que nós somos diferentes das outras profissões? Mas afinal o que é que nós somos? Malfeitores? Gente pouco confiável? Dirão os mais puristas: “O serviço de advocacia não é um serviço meramente comercial, tem outras componentes éticas”. Estou inteiramente de acordo, mas a ética não é reserva da advocacia. Essa ideia prejudica-nos.

Prejudica-vos porque?

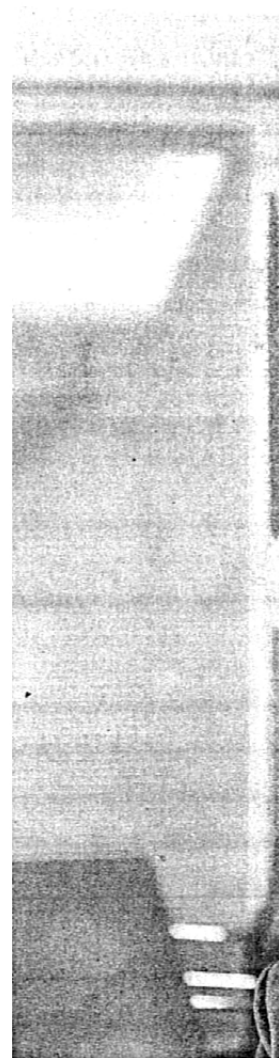
Desde logo na competitividade. Lá fora, as sociedades de advogados são sociedades comerciais e competem connosco. Por exemplo, o Governo contratou a britânica Freshfields para lhe dar um parecer sobre as questões de detenção de capital social na TAP parentidades não europeias. O Governo português não contratou a PLMJ ou a Morais Leitão ou outra...

Poderia ter contratado?

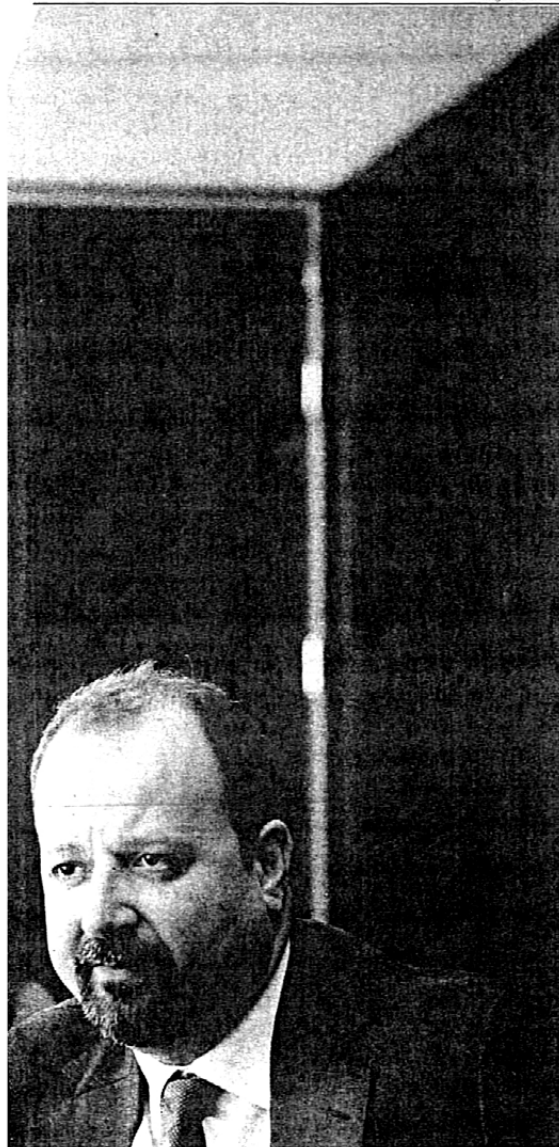
Não sei. Não me vou meter por aí, porque não sei. A verdade é que a Freshfields é uma sociedade inglesa que não tem sucursal em Portugal. Eles foram a Inglaterra contratar ingleses para dar um parecer jurídico sobre a questão da privatização em Portugal de uma companhia portuguesa. São estas sociedades que são nossas concorrentes. Os nossos grandes concorrentes estão em Inglaterra, em França ou nos Estados Unidos. É sobre isto que é necessário que o poder político se consciencialize, que perceba que a nossa realidade não tem nada a ver com a realidade de há 20 anos e muito menos do que há 50.

O que é que a ASAP defende nesse aspecto muito concreto?

A possibilidade de abertura de capitais. Caso contrário, mais uma vez, aquilo a que estamos a assistir é a uma deturpação das condições de concorrência. Em bom rigor, já concorro com as sociedades gigantes, porque tenho cá as suas sucursais que funcionam nos seus países de origem como sociedades comerciais. Já estou a concorrer em desvantagem. Querem que concorra ainda com mais desvantagem, com base em conceitos arcaicos? Não obriguem as sociedades de advogados portuguesas a ficar na Idade Média durante muito mais tempo. ■



Miguel Baltazar



“Acho absolutamente incrível que alguém [o Ministério da Justiça] pense alterar a lei das sociedades profissionais, que tem um impacto directo na lei das sociedades de advogados, sem falar com as sociedades de advogados.”

“Quando nos queixamos do regime fiscal, não é porque paguemos muitos impostos”

Num altura em que a legislação que regula a advocacia está em fase de discussão parlamentar na especialidade, o 8.º encontro nacional da Associação das Sociedades de Advogados (ASAP) não passa ao lado de uma temática crucial para o sector. João Afonso Fialho explica o que está em causa.

A ASAP chegou a ser consultada sobre as alterações à nova legislação que regulamentará o sector da advocacia?

As sociedades de advogados estão muito desagradadas com a forma como foram produzidos diplomas que afectam o seu dia-a-dia e a sua vida profissional. Não posso deixar de fazer este queixume, porque acho absolutamente incrível que alguém pense que é possível alterar a lei das sociedades profissionais, que tem um impacto directo na lei das sociedades de advogados, sem falar com as sociedades. Isto é um bocadinho de arrogância, talvez até de omnisciência.

A quem se refere? Ao Ministério da Justiça? À Ordem dos Advogados?

Estou a falar de quem fez os diplomas. No caso concreto dos diplomas em causa, ao Ministério da Justiça. É do Ministério da Justiça que estou a falar. É claro que também devo dizer que na vida devemos passar das boas intenções às acções concretas. Pelo que não posso deixar de apontar o dedo também um bocadinho à Ordem dos Advogados. Isto, para dizer que o espírito de colabo-

ração e abertura que nos foi sempre transmitido pela senhora bastonária precisa concretizar-se em qualquer coisa de prático. O Conselho geral da Ordem dos Advogados discutiu estes temas. Já a perspectiva das sociedades de advogados, que são hoje em dia uma parte fundamental da advocacia portuguesa, foi ignorada, apesar da disponibilidade por nós demonstrada pelas mais diversas vias. Aqueles diplomas que esto no Parlamento incorporam soluções que não foram discutidas connosco.

Uma das mudanças que continuam a defender e que, presumo, gostariam de ter visto integrada na nova legislação, prende-se com o regime fiscal das sociedades de advogados. O que é que está em causa?

Quando se fala do regime fiscal para as sociedades de advogados, a ideia com que ficamos é que devemos ser mesmo muito bons contribuintes. Não sei qual é a taxa de cumprimento, mas deve ser assustadora. Não faz sentido absolutamente nenhum continuarmos com este regime em que nós andamos a adiantar dinheiro ao Estado sobre dinheiro que ainda não sabemos se vamos receber.

Paguemos impostos a mais?

É bom que se saiba que nós quando nos queixamos do nosso regime fiscal, não é porque paguemos muitos impostos. Ninguém está a discutir a taxa de imposto, que é péssima para todos.

Então o que é que discutem?

O que discutimos é porque é que nos obrigam a fazer antecipações por conta de imposto sobre dinheiro que nós ainda não sabemos sequer se vamos receber. Agora imagine o que é que isto significa em termos concorrenciais, face a sociedades comerciais.

Na prática, o que é que acontece com as sociedades de advogados?

De acordo com o princípio da transparência fiscal, em bom rigor, a sociedade chega ao dia 31 de Dezembro e apura os seus resultados. Se a sociedade tem 100 de lucro, tem automaticamente de distribuir esses 100 aos seus sócios. Tal significa que a sociedade não pode ficar com dinheiro para pagar as despesas do mês seguinte. Ou então, se fica, e a esmagadora maioria fica, porque as sociedades não são irresponsáveis, esse encargo é por conta dos sócios. Isto é feito, mas com um custo elevadíssimo para o sócio, o que é inaceitável.

O que não sucede com as sociedades comerciais.

É um encargo acrescido que se põe às costas das sociedades de advogados, mas que as sociedades comerciais não têm. Tal como não o têm as meras sucursais portuguesas de sociedades de advogados estrangeiras, porque essas são tratadas como sociedades comerciais, cujo regime é o de uma sociedade normal em sede de IRC. ■

ENCONTRO

ASAP junta advogados em Belém

O Centro Cultural de Belém será palco a 3 de Junho do 8.º encontro nacional da ASAP. A nova legislação profissional e o impacto nas firmas de advocacia será um dos temas em análise, sobre o qual dissertará o advogado Rui Medeiros, que participará ainda num debate em que se envolverão os também advogados José de Freitas, Pedro Cardigos e Rogério Alves. O panorama empresarial português nos últimos anos será, por seu turno, alvo de análise por parte de Teresa Lima, directora de estudos da Informa D&B. A fechar o encontro estarão em discussão as questões da aquisição e segurança de sistemas de informação, com participações da presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, Maria da Costa Calvão, do investigador José Tribolet e dos especialistas nestas áreas Jorge Alcobia e Ricardo Negrão.